

Covas contra pressa de Sarney

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, não acha fundamental para as negociações externas do País a definição da duração do mandato do presidente Sarney. Para Covas, os compromissos assumidos por um presidente são compromissos do País; portanto, devem ser cumpridos pelo governo seguinte. O senador paulista fez essas afirmações ontem, logo após encontro com o presidente Sarney — a primeira visita depois de assumir a liderança peemedebista na Constituinte — durante o qual não tocou na questão do mandato. Foi uma visita de cortesia, garantiu o líder, que havia recebido os cumprimentos e os elogios de Sarney por telefone, logo após sua eleição.

A posição de Mário Covas quanto ao mandato do presidente difere da do próprio Sarney, que tem pressa em defini-lo. O líder peemedebista prefere que o assunto seja definido pela constituinte, e não rapidamente pelos partidos. Deixou claro, entretanto, que não é contrário a uma definição política de seu partido sobre a duração do mandato, mas juridicamente a questão pertence à Constituinte.

Covas voltou a defender a tese de que PFL e PMDB não atuarão em conjunto na Constituinte, a que já se havia referido no discurso anterior à sua eleição para líder. Segundo ele, há certos assuntos que impedirão a atuação dos dois partidos como Aliança Democrática: reforma agrária e direito de greve são bons exemplos. Covas repetiu que a Aliança é um fato episódico, não podendo portanto prevalecer quando se discutir um assunto permanente como a futura Constituição do País, no qual cada um votará de acordo com sua consciência.

PARTIDO MULTIFACETADO

O senador paulista afirmou que pretende corresponder à expectativa de participação manifestada pelos peemedebistas, que aspiram à democratização interna nem sempre muito bem compreendida pela direção partidária. Foi em resposta a essa necessidade de participação que ele fez um discurso entusiasmado e emocionante no dia da disputa com Luiz Henrique pela liderança da Constituinte.

O PMDB já teve sua fase de luta contra a ditadura, mas hoje atua em favor da reconstrução democrática, salientou Covas, que creu ser o seu partido o instrumento mais expressivo dessa luta. Para vencê-la, entretanto, o PMDB tem de caminhar em direção a sua própria democratização interna e à pluralização de suas lideranças.

Enquanto na Constituinte o PMDB é muitas vezes criticado por ser constituído de várias facções e posições ideológicas, Covas garante não ver nisso grande problema. O líder acha que um partido, para ser grande, ao menos no Brasil, tem de necessariamente projetar "internamente as contradições que o País possui". Dessa forma, o perfil do PMDB não pode ser feito a partir de posições ideológicas, mas sim da democracia interna — ainda não a ideal, em sua opinião, mas uma das aspirações por que lutam os peemedebistas, perceptível na condenação à concentração de poderes. Precisamente essa concentração de poderes, frisou o líder, permitiu "a aterrissagem no partido de alguns grupos que, muito menos do que a lealdade partidária, nutrem lealdade ao poder".

Pessoalmente, o senador Mário Covas avalia que sua vitória na disputa da liderança partidária na Constituinte representa a vitória do grupo de centro-esquerda, destacando que o verdadeiro discurso do PMDB foi sempre esse. O povo votou no PMDB em novembro não apenas por causa do Plano Cruzado, mas sim em virtude de sua pregação nitidamente de centro-esquerda. Covas se identifica com tais posições, embora lamente que na atualidade seja difícil escapar das definições políticas superficiais, como no caso a da direita ou da esquerda.

"Eu sou mais de centro-esquerda que de centro, um homem que nos conflitos entre o capital e o trabalho se coloca sempre a favor do trabalho" — diz o senador.

Covas não vê semelhança entre a situação atual vivida pelo PMDB, com o gigantismo do partido, e a fase de maior influência da Arena, no regime militar, nem acha que o governo do presidente Sarney esteja destinado ao fracasso, devido aos problemas atuais e às falhas do Plano Cruzado. O governo enfrenta uma séria crise econômica com conseqüências que já são sentidas na área política, mas isso é perfeitamente superável, reconhece o senador, lembrando, entretanto, terem sido atingidos meses atrás índices recordes de aceitação e popularidade. A comparação com a Arena, bastante lembrada, é improcedente, considera Covas, porque o antigo partido de sustentação ao regime militar "jamais esteve no poder, apenas pertenceu ao poder".



Covas, feliz no encontro com Lourenço, do PFL, insiste que Aliança Democrática não vale na Constituinte: "é episódica"

Ulysses diz ao povo que fica

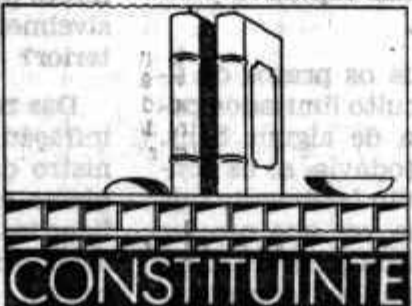
BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, afirmou ontem que não pretende licenciar-se da presidência do PMDB, lembrando que foi eleito para o cargo "sem competidores" e é um presidente que tem "as responsabilidades decorrentes dessa eleição". Ele reiterou que já deu diversas demonstrações de desinteresse — ao colocar a Nação e o partido acima de seus interesses —, mas não vincula essa posição a uma decisão sobre o assunto.

O deputado paulista salientou que pretende cumprir o seu mandato até o final — abril do ano que vem — e acha compatível exercer as duas funções. "Tanto que exerci até o presente momento" — enfatizou. Anteontem, em entrevista aos mesmos jornalistas, Ulysses Guimarães havia

admitido deixar a presidência do PMDB se isso fosse útil ao País e ao partido.

O deputado Ulysses Guimarães afirmou que o encontro da bancada do PMDB com o presidente Sarney, no Palácio da Alvorada, mostra "um clima amistoso, fraterno, existente entre o PMDB e o presidente Sarney, que é filiado ao partido, que é presi-

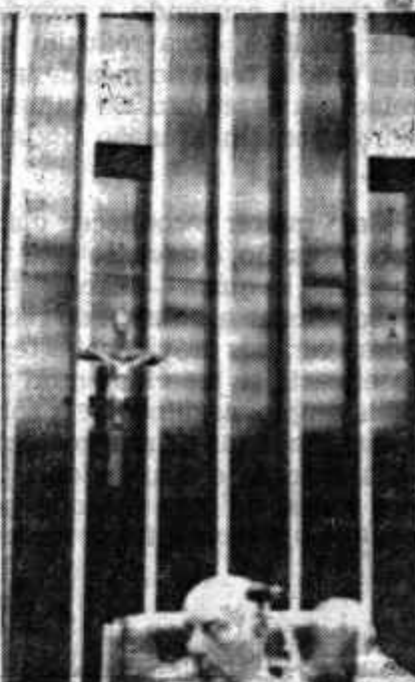


dente de honra do partido".

O encontro servirá, ainda, conforme salientou, para ampliar esse entendimento.

Ele negou que a eleição do senador Mário Covas para a liderança do PMDB na Constituinte possa alterar esse relacionamento com o presidente Sarney, argumentando que o partido tem compromissos assumidos com o presidente da República, "principalmente pelas circunstâncias de ele ter sido eleito com Transcredo Neves pelo PMDB".

Sobre as negociações com o PFL para o preenchimento dos cargos da Mesa da Constituinte, Ulysses Guimarães manifestou a convicção de que todas as dificuldades serão superadas pelo entendimento, como já ocorreu com a aprovação do regimento interno da Constituinte e em outros assuntos relevantes.



O chefe sem competidores

Reforma pode sair em 30 dias

AGÊNCIA ESTADO
E SERVIÇO LOCAL

A reforma ministerial será executada até o final do mês ou início de abril. Esta era a expectativa dos políticos ontem em Brasília. Em São Paulo, o governador Orestes Quércia estimou em 30 dias o prazo máximo para a mudança do primeiro escalão do governo federal. Ao comentar o encontro que o presidente José Sarney terá hoje com empresários paulistas, ele manifestou-se de acordo com a tese de que a reforma servirá para fortalecer o Ministério da Fazenda e, conseqüentemente, esvaziar as funções do Planejamento. A demissão de João Sayad, segundo o governador, apressou a reformulação pretendida por Sarney.

Parlamentares do PMDB minei-

ro não têm mais dúvidas de que Aníbal Teixeira será o substituto de João Sayad na Seplan e até já formalizaram seu apoio ao atual secretário executivo de Ação Comunitária da Presidência da República. As especulações entre os constituintes indicam que a reforma atingirá Planejamento, Transportes, Agricultura, Interior e Indústria e Comércio. Também estariam envolvidas na mudança as presidências da Caixa Econômica Federal, de Itaipu e da Petrobrás; é possível a extinção dos Ministérios do Desenvolvimento Urbano e da Reforma Agrária.

Além de Aníbal Teixeira na Seplan, o PMDB de Minas quer mais um ministro que seria o de Transportes. Na bancada, os mais cotados são Maurício de Padua, ex-secretário de Obras, e José Geraldo Ribeiro, ex-secretário especial do governo Hélio

Garcia. A indicação teria o apoio do governador Orestes Quércia. Em contrapartida, Minas apoiaria a designação de um paulista para o Ministério da Indústria e Comércio, possivelmente o deputado federal Ralph de Blas.

A possível ausência do ministro Dilson Funaro da reunião que o presidente da República terá hoje com empresários paulistas foi considerada providencial por Quércia. Ele justificou que isso evitará constrangimentos no caso de serem feitas críticas ao próprio ministro. No encontro, o governador pretende oferecer sugestões a respeito de uma política de combate à recessão. "Mas eu ainda não sei como serão as conversas e também não sei que medidas ele irá tomar para impedir que não use o remédio amargo prometido", disse Quércia.

Para Sant'Anna, nada muda com a eleição do novo líder

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, não deu a menor importância à previsão de mudança nos rumos políticos da Assembleia Nacional Constituinte por causa da ascensão do senador Mário Covas à liderança do PMDB: "Isso não muda nada", disse.

Sant'Anna insistiu em que o PMDB continua sendo uma frente, que abriga até políticos com dupla militância, mas que seu núcleo é moderno, o que faz com que as questões sejam decididas mesmo pelo voto, conforme declaração do próprio Mário Covas.

O deputado baiano lembrou que Covas, como líder, terá a obrigação de ser o porta-voz da bancada peemedebista na Constituinte e, por isso mesmo, só poderá veicular suas idéias pessoais na qualidade de simples constituinte. Sant'Anna chegou a sugerir que Covas reúna imediatamente os coordenadores das bancadas estaduais

no Congresso para sentir o pensamento médio do partido.

A respeito da vinculação estreita de Mário Covas com os setores menos conservadores do PMDB, e do reconhecido poder de argumentação e convencimento do novo líder, Sant'Anna observou: "Temos maioria moderada e ele não é o único que tem esse poder. Covas não tomará decisões pessoais. Tudo será debatido, discutido e votado na Assembléia".

Sant'Anna comentou também que nas sessões da Constituinte o discurso dominante é de ataque ao governo, e chegou a insinuar a possibilidade de ser designado um vice-líder peemedebista com a função específica de defesa: "De repente, isso pode acontecer", disse.

Afirmou depois que várias categorias profissionais estão organizando seus lobbies na Constituinte e que o governo também deve poder participar. A observação de que o poder de pressão do governo é maior que o da sociedade, disse que os métodos a serem utilizados não serão fisiológicos.

Deputado acha que mandato incerto ameaça Constituinte

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Adylson Motta (PDS-RS) encontrou uma maneira legal de reduzir o mandato do presidente Sarney: é exatamente o polémico parágrafo 7º do artigo 59 do regimento interno da Constituinte, que dá a ela o direito de apresentar projeto de decisão no caso de estar sendo ameaçada. E o deputado gaúcho acha que a controvérsia em torno da duração do mandato presidencial é uma ameaça, porque o assunto "está agravando a crise econômica e social — o drama social e a inação administrativa são fatos notórios". Assim, Adylson Motta tomou a iniciativa de coletar assinaturas para apresentar, com base naquele dispositivo regimental, um projeto de decisão estabelecendo que o mandato do presidente Sarney se encerrará 180 dias após a promulgação da nova Constituição.

Por seu projeto, a eleição direta para escolher o novo presidente

se faria 60 dias antes do término do mandato de Sarney.

Adylson Motta já tem uma voz no Senado que fala praticamente a mesma língua. É o senador catarinense Nelson Wedekin (PMDB), que ontem defendeu a convocação de eleição direta para presidente no ano que vem, o que seria, em seu entender, a vontade geral da Nação e dos políticos. Dessa forma, o mandato de Sarney seria reduzido para quatro anos.

A duração do mandato do presidente não é assunto que interesse somente aos parlamentares. Interesse também ao próprio Sarney, que quer vê-lo definido para poder assumir compromissos externos com segurança. Foi isso que ele reafirmou ontem ao líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), que vê na pressa do presidente um fator decisivo para que os senadores liberais apresentem na próxima semana a sua definição: mandato de seis anos para Sarney.